

# O REAL, O CÂMBIO E AS EXPORTAÇÕES

Ernani Araújo Filho\*

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a questão cambial brasileira a partir da implantação do Plano Real. Isto é, entre as várias justificativas apresentadas para a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, encontrava-se aquela que dizia ser de fundamental importância expor o empresariado nacional à concorrência externa e, assim, forçá-lo a adotar um conjunto de medidas como a adoção de novas tecnologias, novos métodos organizacionais, de maneira que a produtividade crescesse, tornando-o, dessa forma, mais competitiva, o que permitiria o crescimento das exportações.

Tal exposição, afirmavam os condutores da política econômica, dar-se-ia, fundamentalmente, via redução de tarifas e manutenção de um câmbio valorizado. Com relação a tal situação diga-se o seguinte: é fato que, durante um longo período, o Brasil conviveu com altas taxas de inflação. Tal conjuntura impedia que o país pudesse viabilizar uma estratégia conseqüente de crescimento econômico. Sendo assim, para que o Brasil pudesse apresentar taxas robustas de crescimento econômico, era de fundamental importância, como passo inicial, por fim à tormenta inflacionária que se abatia sobre o país. A opção por um câmbio valorizado - já que favorece as importações - significava o aumento da oferta de bens e, portanto, com esse aumento da oferta de bens, os preços praticados teriam fatalmente que cair.

O diagnóstico elaborado por aqueles que viabilizaram o Plano Real, relatava que o grande problema enfrentado pelo Brasil, dizia respeito ao forte desequilíbrio fiscal existente. Ou seja, na medida em que o estado brasileiro era forçado a gastar mais do que arrecadava ele estaria gerando inflação. Assim, na época da elaboração do Plano Real, havia um grande consenso entre os economistas de que qualquer plano que pretendesse ser vitorioso no combate à inflação tinha de cuidar, como ponto de partida, do ajuste fiscal.

O êxito do programa de estabilização foi tão avassalador que o então presidente da república, Itamar Franco, elegeu seu sucessor ainda no primeiro turno das eleições ocorridas em 1994. Todavia, os avanços necessários para a consolidação do Plano Real foram sendo sistematicamente aliados, isto é, os condutores do Plano fizeram uma aposta de que sempre haveria capital externo disposto a financiar a "farra dos importados". Portanto, não tinha que haver maiores preocupações com a geração de um saldo comercial positivo. Como se sabe, em curto espaço de tempo, tal aposta se revelaria perdedora forçando cada vez mais as autoridades econômicas brasileiras a elevarem a taxa de juros como forma de atrair capital externo para fazer frente ao déficit da balança comercial.

O que estava por trás de tal comportamento, quer dizer, qual era o diagnóstico que sustentava tal opção de política econômica? O câmbio, afinal de contas, tem ou não tem um papel relevante na expansão das exportações<sup>1</sup>? É verdade, segundo

afirma Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real, que a desvalorização do Real acontecida em 1999 foi inócua uma vez que as exportações brasileiras não tiveram o comportamento esperado, isto é, não aconteceu uma expansão das exportações? O que ensina a teoria econômica sobre tal questão? Para tentar responder a essas indagações, o presente trabalho terá, além desta introdução, mais quatro sessões: a primeira terá a preocupação de mostrar que, embora vitorioso no combate à inflação, o Plano Real conduziu a economia brasileira para uma situação onde o balanço em conta corrente se tornou o grande limitador da retomada do crescimento econômico; a segunda sessão terá a intenção de mostrar os ensinamentos da teoria econômica sobre a relação existente entre câmbio e exportações; a terceira sessão irá mostrar a experiência da economia americana quando da desvalorização cambial; e, por fim, na quarta sessão, serão feitas as conclusões.

## 1. O REAL E O COMÉRCIO EXTERIOR

O programa de estabilização de preços levado adiante a partir de 1993 envolvia, segundo Oliveira (1996), quatro fases: ajuste fiscal; criação da URV; conclusão da reforma monetária; e as reformas estruturais.

Com relação à primeira fase, ajuste fiscal, os economistas na sua grande maioria argumentavam que o equilíbrio das contas públicas era absolutamente essencial para um programa de estabilização ser bem sucedido; portanto, nada mais coerente que providenciar tal equilíbrio. Nesse sentido, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), cujo objetivo era ampliar o volume de arrecadação e, dessa forma, permitir uma maior folga na gestão monetária de 1994 e 1995. Contudo, o FSE, desde o nascedouro, já veio com sérias limitações uma vez que boa parte de suas fontes proveio de receitas já existentes simplesmente realocadas de suas dotações originais. Naquela conjuntura de final de governo ficava muito difícil, se não impossível, adotar um conjunto de cortes nas despesas públicas; portanto, a solução encontrada foi elevar os juros para conter a demanda; a segunda fase foi o período no qual a sociedade brasileira viveu uma situação de hiperinflação sem padecer dos males por ela provocados. Foi absolutamente genial<sup>2</sup>. Os economistas que participaram da elaboração da estratégia de estabilização da economia brasileira, perceberam que todas as experiências exitosas de estabilização de preços foram precedidas por uma hiperinflação. Assim, a fase da URV foi, sem lugar a dúvidas, a de uma hiperinflação sem os malefícios por ela provocados, ou seja, foi uma hiperinflação de laboratório; a terceira fase foi aquela da introdução do Real; a quarta fase estava relacionada com o programa de reformas a serem implementadas.

O fato é que mesmo tendo sido bem sucedido no combate à inflação o Plano Real deixou ao país uma situação extremamente delicada no que se refere às contas externas. Netto (1998) se reporta ao Plano

Real como tendo sido um plano extremamente engenhoso no combate à inflação, mas já naquela época alertava sobre os danos de se manter um câmbio valorizado por um período demasiado longo. Netto (op. cit.) argumenta que a primeira coisa que acontece quando se insiste em uma valorização cambial é que o país começa a sacar sobre o exterior. Ou seja, a situação externa rapidamente se deteriora, as exportações não são suficientes para fazer frente às importações e, nesse momento, o governo se ver forçado a elevar juros para conter o crescimento econômico e dessa forma reduzir o déficit nas contas externas. Se a contrapartida de um câmbio valorizado é a redução da atividade econômica por que, então, insistir em tal estratégia? A resposta pode ser encontrada em um "paper" que o então diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, fez circular<sup>3</sup>.

Franco (1996) argumenta que o modelo de Substituição de Importações tinha dois pilares básicos: a inflação como sendo o mecanismo de financiamento do crescimento econômico; e o protecionismo econômico como forma de garantir mercados cativos para os investimentos públicos e privados. Segundo Franco (op. cit.) durante um certo período o modelo foi extremamente bem sucedido no que se refere ao crescimento econômico<sup>4</sup>. O problema, no entanto, é que a partir dos anos 80, o modelo deixou de ser virtuoso: por um lado, a falta de concorrência externa havia estimulado a inação do empresariado brasileiro em busca de novas tecnologias, novos métodos organizacionais; com isso, teve-se a estagnação do crescimento da produtividade. Por outro; a inflação, que era o combustível do crescimento gerado pelo modelo, chegou ao ápice quando o estado brasileiro foi precisando cada vez mais de inflação para garantir os recursos necessários ao seu financiamento. Ora, na opinião de Franco um modelo de desenvolvimento que implica estagnação da produtividade e tem a inflação como mecanismo de financiamento só pode ser concentrador de renda. Daí, portanto, a necessidade de abandonar o modelo de Substituição de Importações e garantir o desenvolvimento econômico brasileiro em outras bases. O novo modelo de desenvolvimento a ser adotado terá de ser calcado no crescimento da produtividade e isso só vai ser possível com a exposição do empresariado brasileiro à concorrência externa.

Mesmo se admitindo que o argumento de Gustavo Franco esteja correto vale alguns comentários. A abertura comercial iniciada ainda no governo Collor deveria de ter sido acompanhada por uma desvalorização da taxa de câmbio; o que, efetivamente, não ocorreu. A partir da implantação do Plano Real, cuja âncora foi a taxa de câmbio nominal, implementou-se uma valorização artificial do Real: \$1 dólar valia R\$ 0,83. Aquela valorização foi produzida pelo grande volume de capital externo que veio aproveitar as oportunidades de ganho permitidas pelas altas taxas de juros aqui vigentes. Como consequência, tivemos o enfraquecimento do sistema bancário brasileiro, a inviabilização

da empresa nacional e o agravamento do déficit fiscal da união, estados e municípios.

No entanto, em vez de assumir o equívoco com relação à longa duração de um câmbio valorizado e procurar corrigi-lo as autoridades econômicas brasileiras insistiram em um discurso que segundo Netto (1998) estava baseado em três pontos:

- 1) é bom ter déficit em conta corrente;
- 2) na medida em que forem excessivos, os déficits serão corrigidos pelo aumento da poupança interna; e
- 3) a taxa de câmbio real não serve para explicar o déficit na balança comercial.

Rebatendo cada um dos argumentos acima Netto (op. cit.) faz os seguintes comentários: primeiro, não se pode falar que ter déficit em conta corrente é bom ou ruim. Para se ter um correto julgamento sobre os déficits em conta corrente é necessário saber se estão sendo efetivados com o propósito de ampliar a capacidade produtiva, isto é, realizar investimentos ou financiar o consumo; segundo, como é que se aumenta a poupança interna sem reduzir gastos e, além disso, caso não seja acompanhada por uma mudança nos preços relativos, isto é, uma modificação na taxa de câmbio real, apenas vai significar redução do nível de atividade interna; e, pô fim, dizer que a taxa de câmbio real não tem qualquer influência sobre o déficit na balança comercial está errado. Isto porque a taxa de câmbio real é um preço relativo, é ela quem vai determinar a composição da cesta do consumidor. Com o câmbio real valorizado os preços dos produtos importados vão cair; aumentando, portanto, a demanda por esses produtos.

A despeito de toda a retórica existente de que a abertura comercial ladeada por uma valorização cambial tenha conduzido a aumentos na produtividade<sup>5</sup>; tornando, assim, a indústria nacional mais competitiva o que se teve de nacional foi o agravamento da situação fiscal ao tempo em que o empresário brasileiro, com o crédito extremamente caro, além de ter os produtos estrangeiros subsidiados por uma política cambial equivocada, fechou as portas.

Rodrik (1999) pondera que os países que tiveram uma experiência virtuosa de crescimento econômico a partir da Segunda Guerra Mundial, foram aqueles países bem sucedidos na formulação de estratégias de investimentos domésticos ao mesmo tempo em que construíram instituições adequadas para enfrentar choques adversos, não aqueles países que tenham reduzido suas barreiras comerciais ou suas barreiras com relação ao fluxo de capitais. Rodrik (op. cit.) prossegue argumentando que as relações entre taxas de crescimento econômico e indicadores de abertura, sejam eles tarifários ou não tarifários, é fraca. Para ele, os formuladores de política econômica deviam se concentrar nos fundamentos do crescimento econômico que são: investimento, estabilidade macroeconômica, recursos humanos e uma boa *performance* governamental e não deixar que a retórica de integração econômica internacional domine, por completo, a estratégia de desenvolvimento econômico.

Com a desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999 o câmbio passou, então, a ser um instrumento que "jogava a favor" do crescimento econômico. No entanto, Franco (1999) argumenta que aquela desvalorização não era necessária uma vez que as empresas já haviam se ajustado, quer dizer, haviam implementado um conjunto de medidas que as tornavam mais competitivas.

Além disso, onde estava a tão falada recuperação das exportações que não aconteceu com a desvalorização do Real? O economista vai além, não admite o fato de que os juros praticados estavam elevados em função do câmbio. Diz ele: "...*tinha uma falácia fundadora, cujo responsável talvez seja o Delfim: o problema era o câmbio, e a taxa de juros era alta por causa do câmbio. Parecia que o Brasil era diferente do resto do mundo: era o único país com déficit fiscal e cuja taxa de juros não era alta por causa disso. Com a desvalorização, ficou claro que existem limites para reduzir juros. Desculpe, mas eu não sou otimista quanto à capacidade de reduzir a taxa de juros enquanto a situação fiscal se mantiver precária...*" Franco (op. cit.). Quer dizer, então, que na opinião de Gustavo Franco a recuperação das exportações deveria ter ocorrido de imediato e que não existe uma relação causal entre câmbio e taxa de juros? O fato concreto é que os primeiros resultados da balança comercial continuavam apresentando déficit e isso, segundo Belluzzo (1999a), foi devido à combinação de três fatores:

- 1) o lento crescimento do comércio mundial;
- 2) ao baixo preço das *commodities*; e
- 3) as fortes desvalorizações realizadas pelos asiáticos, nossos concorrentes em vários mercados. Além disso, ainda conforme Belluzzo (1999b) uma queda mais rápida da taxa de juros dependeria de quatro fatores:

- 1) do comportamento da inflação;
- 2) dos ganhos na área fiscal;
- 3) do ritmo de redução do déficit em conta corrente; e
- 4) da substituição progressiva do dinheiro externo especulativo por empréstimo e financiamento de prazo mais longo. Caso fosse possível escolher algum caminho, o mais confiável seria aquele que levaria a um superávit comercial que seria obtido, segundo Belluzzo (op. cit.), através da eliminação das importações que estavam sendo subsidiadas pelo câmbio valorizado e que poderiam ser substituídas por produção doméstica. O argumento de Belluzzo continua no sentido de demonstrar que os ganhos que os países asiáticos tiveram na balança comercial se deveram, fundamentalmente, à queda das importações – algo em torno de 30% a 40% – e, não, como podem pensar alguns, devido a aumentos expressivos das exportações. Por isso não se entende a crítica de Gustavo Franco, quer dizer, a afirmação feita pelo economista não estava sendo precedida por uma análise mais acurada dos fatos<sup>6</sup>. Contudo, será interessante investigar o que a teoria econômica tem a dizer sobre o assunto, isto é, qual a relação que de fato existe entre câmbio e balança comercial? No caso de uma desvalorização cambial o aumento das exportações acontece de imediato? Na próxima sessão tentaremos reunir subsídios que possibilitem uma explicação a essas questões.

## 2. A BALANÇA COMERCIAL E O CÂMBIO REAL

A taxa de câmbio real, quer dizer, o preço relativo dos bens estrangeiros em termos de bens domésticos, é definido como  $\epsilon = EP^*/P$ , ou seja, a taxa de câmbio real,  $\epsilon$ , é igual à taxa nominal de câmbio,  $E$ , o preço relativo da moeda estrangeira em termos da moeda doméstica, vezes o nível

de preços estrangeiro,  $P^*$ , dividido pelo nível de preços doméstico,  $P$ . Supondo que tanto quanto  $P$  são dados, uma depreciação na taxa nominal vai-se refletir integralmente em uma depreciação real. Supondo real e dólar: uma depreciação nominal de 20% do real em relação ao dólar, com  $P^*$  e  $P$  inalterados, os produtos brasileiros ficarão 20% mais baratos em comparação com os produtos americanos. Em sendo assim, tal desvalorização vai significar, dentre outras coisas, uma expansão das exportações. Mas vejamos como isso acontece.

A definição de exportações líquidas é dada por

$$NX = X - \epsilon M$$

Sabe-se que as exportações são função de  $Y^*$ , o produto estrangeiro, e da taxa real de câmbio,  $\epsilon$ , ou seja,  $X(Y^*, \epsilon)$ . Por seu turno, as importações dependem do produto doméstico,  $Y$ , e da taxa real de câmbio,  $\epsilon$ , isto é,  $M(Y, \epsilon)$ . Fazendo as devidas substituições temos, então, que as exportações líquidas,  $NX$ , serão, agora, definidas por

$$NX = X(Y^*, \epsilon) - \epsilon M(Y, \epsilon)$$

A nova expressão que define exportações líquidas nos mostra que a taxa de câmbio real,  $\epsilon$ , aparece em três lugares. Sendo assim, o impacto de uma depreciação real vai afetar a balança comercial através de três canais:

- 1) uma depreciação vai tornar, imaginemos uma desvalorização do real frente ao dólar, os produtos brasileiros mais baratos nos EUA. Portanto, a demanda feita nos EUA pelos produtos brasileiros vai aumentar; significando, portanto, um aumento das exportações brasileiras para os EUA;

- 2) com a desvalorização os produtos exportados para o Brasil vão ficar mais caros o que reduz a demanda por esses bens. Portanto, em virtude de uma desvalorização cambial, ter-se-á uma redução das importações; e

- 3) com a redução das importações, uma vez que as mesmas estão mais caras, a demanda feita no Brasil vai-se direcionar para os produtos brasileiros<sup>8</sup>.

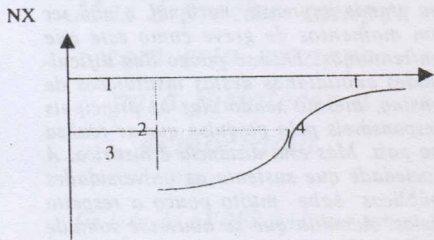
O objetivo que está por detrás de uma desvalorização cambial é o de melhorar as contas externas, entenda-se balança comercial. Para tanto, as exportações terão de aumentar e as importações cair. A condição segundo a qual uma desvalorização implica aumento das exportações e redução das importações é conhecida como condição de Marshall-Lerner.

Mesmo se sabendo que uma desvalorização provoca uma melhora na balança comercial, já que aumenta exportações e diminui importações, o fato é que esses efeitos não acontecem de maneira imediata como sugeriu Gustavo Franco. Pouco tempo depois de uma desvalorização seus efeitos se farão sentir mais nos preços do que nas quantidades. Sabe-se que um país ao desvalorizar seu câmbio vai ter o preço de suas exportações reduzido e o preço de suas importações aumentado. No entanto, tanto a quantidade importada quanto a exportada vão-se ajustar lentamente. Há uma explicação para essa "lentidão": pelo lado dos consumidores temos que a percepção deles quanto à modificação dos preços relativos demora algum tempo para acontecer. As empresas, por sua vez, demoram em procurar fornecedores mais baratos. Além disso, vários contratos de exportação e importação foram celebrados tendo como referência não a nova taxa de

câmbio, mas a passada. Ou seja, os contratos foram feitos com base em um câmbio valorizado. Sendo assim, não surpreende o fato de, a princípio, uma desvalorização cambial implicar uma piora na balança comercial.

Com o passar do tempo, porém, as modificações ocorridas nos preços relativos das exportações e das importações se farão sentir: as exportações vão aumentar e as importações diminuir. Prevalecendo a condição de Marshall-Lerner, tanto a reação das exportações quanto das importações vão-se tornando mais forte que o efeito do preço e o resultado final será uma melhora na balança comercial. Esse processo de ajuste é descrito pela curva J.

Figura 1. A Curva J



O câmbio é desvalorizado no instante  $t=1$ . Naquele momento havia um déficit na balança comercial igual a 1 2. A desvalorização aumenta o déficit para 1 3: os contratos de exportação e importação são assinados antes da entrega, e a transação entra nas estatísticas comerciais, não há, portanto, um efeito imediato sobre o volume de comércio. No entanto, sabe-se que entre países industrializados as exportações são faturadas na própria moeda do país exportador e as importações são faturadas na moeda do parceiro comercial; assim, o efeito inicial de uma desvalorização será uma piora da balança comercial: o valor das exportações em dólares cairá, já o valor das importações permanecerá constante. Os novos contratos assinados a partir de  $t=1$  irão refletir os preços mais altos, em moeda local, cobrados pelos exportadores já que eles vão se aproveitar da desvalorização da moeda. O déficit, então, diminuirá e a tendência, supondo que a condição Marshall-Lerner predomine, é que a balança comercial passe a apresentar saldo positivo é exatamente isso o que irá acontecer a partir do ponto 4. Exatamente no ponto 4 a situação ainda é de déficit mas a tendência, dado que os novos contratos estão sendo feitos com base na nova taxa de câmbio, é de o saldo comercial se tornar positivo. Na próxima sessão iremos ver a experiência dos EUA quando da desvalorização cambial ocorrida em 1985.

### 3. A EXPERIÊNCIA AMERICANA DA DESVALORIZAÇÃO CÂMBIAL

Quando houve a desvalorização cambial nos EUA, em meados dos anos 80, esperava-se que a geração de saldos comerciais positivos para aquela economia fosse se tornar uma realidade. Como a balança comercial americana continuou a registrar déficit, a demanda por medidas protecionista tornou-se uma constante, além de as autoridades econômicas americanas passarem a demandar de seus parceiros comerciais, principalmente do Japão e Alemanha, alguma inflação. Vários economis-

mistas argumentavam que a persistência do déficit comercial era consequência de um dólar ainda forte que, por sua vez, era decorrente do déficit orçamentário existente.

Krugman e Baldwin, analisando o porquê da persistência do déficit comercial ponderam que o correto tratamento da questão implicaria três partes:

1) a demora das firmas em trocarem de fornecedores, isto é, as firmas passarem a trabalhar com fornecedores mais baratos;

2) o fato de a demanda externa por produtos americanos não crescer tão rápido significava que o dólar teria de cair ainda mais caso se pretendesse atingir a posição comercial de 1980;

3) a evidência sugeria que mesmo que o câmbio viesse a ser aquele praticado no início dos anos 80, bem como a demanda externa ser equivalente à daquele período, a balança comercial não voltaria a ser superavitária.

Inicialmente, para bem conduzir a discussão da persistência do déficit na balança comercial americana, os autores passam em revista alguns fatos básicos sobre a balança comercial dos EUA. Tais fatos podem ser agrupados em quatro tópicos: evolução da taxa de câmbio; volumes de comércio; preços de comércio; e a própria balança comercial.

No que se refere à taxa de câmbio real, os autores mostram que de fato o dólar caiu para níveis semelhantes aos dos anos 70. Todavia, chamam atenção para o seguinte: o dólar com relação às moedas dos países da Europa ocidental e do Japão, de fato, caiu. No entanto, com relação às moedas do Canadá e dos NICs, principalmente Coreia do Sul e Taiwan, permaneceu estável. Além disso, para se compreender a persistência do déficit na balança comercial, os autores alertam para o fato de que antes de cair o dólar havia tido uma forte valorização. Sendo assim, para que a balança comercial viesse a apresentar saldos comerciais positivos era necessário que transcorresse algum tempo.

Como houve uma piora no déficit comercial americano após a desvalorização isso foi interpretado como sendo a manifestação da curva J. Todavia, os autores questionam o fato de que 1 ano após a desvalorização a balança comercial ainda apresentava saldos negativos. Sendo assim, eles encaram que tal manifestação não estava relacionada com a curva J; uma vez que já havia transcorrido tempo suficiente para que os volumes de comércio estivessem na direção correta, isto é, maiores exportações e menores importações.

No final de 1986 ainda não se percebia nenhum efeito da taxa de câmbio real sobre as importações e isso, segundo Krugman e Baldwin, estava relacionado com o fato de exportadores para o mercado americano terem adotado a estratégia de reduzir suas margens de lucros; garantindo, portanto, mercados para seus produtos. Além disso, a demanda externa por produtos americanos não era grande o suficiente para se contrapor ao crescimento da demanda feita nos EUA.

Devido ao fato de o déficit comercial americano persistir mesmo após a desvalorização do câmbio, surgiu, nos EUA, a tese de que a taxa de câmbio real é irrelevante na determinação dos saldos na balança comercial. Dessa forma, portanto, segundo dois economistas defensores de tal tese, Robert Mundell e Ronald McKinnon, o resultado da balança comercial

vai ser determinado pela diferença entre renda nacional e despesa nacional. Duas implicações surgem de tal tese: uma positiva e uma normativa: a positiva, como o déficit comercial nada tem a ver com taxa de câmbio não há que existir nenhuma surpresa com o fato de o déficit comercial continuar se manifestando após uma desvalorização cambial; a normativa, como a taxa de câmbio é irrelevante na determinação do ajuste na balança comercial ela deve ser mantida fixa, pois assim estará permitindo a realização de outros objetivos, notadamente a estabilização dos preços.

Krugman e Baldwin, analisando o argumento de Mundell e McKinnon, ponderam que existe uma confusão feita por aqueles economistas entre taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio real. De fato, a taxa de câmbio nominal não exerce nenhuma influência sobre a balança comercial o que não é o caso da taxa de câmbio real. A segunda parte do argumento de Mundell-McKinnon diz que o equilíbrio da balança comercial não depende da taxa de câmbio, mas do equilíbrio entre despesa e renda; portanto, a taxa de câmbio não precisaria ser modificada, isto é, desvalorizada, pois estaria garantindo a estabilidade dos preços. Tal visão não está, necessariamente, equivocada. O problema é que Mundell-McKinnon a tratam como sendo sempre verdadeira. As mudanças de preços relativos que ajustam o comércio entre os países podem ter sua origem em mecanismos outros que não a taxa de câmbio. Uma possibilidade é um determinado país aumentar seus gastos provocando inflação, enquanto outro país tem uma política econômica que provoca deflação. A questão é: uma tal alternativa é desejável?

### 4. CONCLUSÕES

Com a implantação do Plano Real, extremamente vitorioso com relação à estabilização dos preços, a economia brasileira se viu presa a uma armadilha, ou seja, se era fundamental no início do Plano manter o câmbio valorizado, a partir de um certo momento tal valorização passou a significar um entrave para a retomada do crescimento econômico. Para manter um câmbio valorizado, uma vez que isso implicava redução nas exportações, era fundamental a manutenção de juros elevados, pois só assim conseguiríamos atrair capital para financiar o déficit nas contas externas decorrente daquela opção. Por sua vez, os juros mantidos elevados impediam qualquer iniciativa de crescimento econômico.

A partir da desvalorização cambial acontecida em janeiro de 1999 a economia brasileira passou a ter a oportunidade de viabilizar uma estratégia consequente de desenvolvimento econômico. Ou seja, as autoridades econômicas do governam reconheciam, enfim, que o problema fundamental do Brasil era o baixo crescimento econômico. Portanto, abandonar a política de câmbio fixo significava a possibilidade concreta de as autoridades econômicas brasileiras iniciarem uma política de redução de juros. No entanto, a desvalorização cambial não implicou unanimidade. As críticas contrárias se baseiam no fato de que a balança comercial brasileira ainda não apresentava saldos comerciais convincentes, isto é, não se teve um vigoroso crescimento das exportações. Uma possível explicação para a demora da recupe-

recuperação das exportações pode ser encontrada na própria teoria econômica, isto é, na curva J. Além desta, alguns economistas argumentam que a desvalorização foi tardia no sentido de que outros países concorrentes do Brasil em alguns mercados saíram na frente, isto é, realizaram sua desvalorização cambial antes. É preciso considerar também dois outros fatores quando se fala em expansão das exportações por parte do Brasil, são eles:

1) o comércio mundial tem apresentado um crescimento lento; e

2) o baixo preço das *commodities*.

Sendo assim, mediante a esses fatores, não é de causar estranheza o fato de o Brasil ainda não ter conseguido mostrar um crescimento convincente de suas exportações ●

<sup>1</sup> Franco (1996) manifesta a opinião de que o superávit que até então existia na balança comercial brasileira não era algo sólido, já que estava baseado exclusivamente em um câmbio desvalorizado. Para que fosse algo concreto, segundo Franco (op. cit.), tal superávit deveria refletir uma maior competitividade dos produtos brasileiros e isso só seria possível com incremento da produtividade.

<sup>2</sup> Para Fiori (1995) a estabilização que ocorreu no Brasil, bem como em outros países da América Latina, coincidiu, e não por acaso, com uma recessão mundial acompanhada por uma redução nos juros oferecida pelos países centrais. Sendo assim, na visão dele, os "computer screen of money" – expressão que Fiori "rouba" de Moisés Naim –, foram os verdadeiros responsáveis pela estabilização ocorrida na América Latina. Tendo os países da AL desregulamentado seus mercados de capitais o volume de capital externo cresceu por aqui em torno de cinco vezes possibilitando, assim, uma estabilização via valorização cambial que exigia, por seu turno, uma elevação na taxa de juros praticada. Todavia, como mencionamos, a "hiperinflação de laboratório" criada pelos economistas brasileiros, tomamos a repetir, foi algo de genial.

<sup>3</sup> Esse "paper" já foi mencionado anteriormente.

<sup>4</sup> Pode-se afirmar, sem lugar a dúvidas, que o modelo de Substituição de Importações nos deixou de herança o mais completo e integrado parque industrial da América Latina

<sup>5</sup> Hidalgo (1999) confirma que o aumento da produtividade da indústria brasileira foi uma realidade durante a década de 90. No entanto, pondera sobre o fato de não haver, entre os estudiosos do assunto, consenso sobre qual a magnitude do aumento acontecido.

<sup>6</sup> O saldo da balança comercial brasileira no ano de 2000 foi negativo. Tal comportamento pode ser atribuído aos seguintes fatores:

1) subida no preço do petróleo;

2) os produtos brasileiros mais exportados foram justamente aqueles de maior conteúdo importado;

3) o mercado interno absorveu boa parte das exportações da petroquímica, aço, papel e celulose; e

4) os preços das *commodities* ainda se encontravam reduzidos (República, 2001).

<sup>7</sup> Esta sessão se propõe a ser uma discussão teórica sobre a relação existente entre câmbio e balança comercial. Está fundamentada em Blanchard (1999), Williamson (1989) e Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998).

<sup>8</sup> Comentando sobre a necessidade de se desvalorizar o câmbio Tavares (1998) pondera que tal necessidade estava ligada ao fato de se utilizar o câmbio como barreira à entrada, e o Brasil sempre se utilizou desse instrumento não para aumentar exportação uma vez que exportar, na visão de Tavares (op. cit.), se faz através de uma política específica, ou seja, através de subsídios, crédito ou com rede de comercialização. Portanto, na opinião de Tavares, uma desvalorização cambial significaria um alento para o empresário nacional já que teríamos o encarecimento do produto estrangeiro em relação ao produto nacional

<sup>9</sup> Esta sessão está fundamentada em Krugman e Baldwin (1987).

\*Ernani Araújo Filho é economista da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Teresina. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco.

## A quem interessa a continuidade da greve nas universidades públicas?

Francisco Alcides do Nascimento\*

No momento em que decidi escrever este texto, a greve nas universidades públicas federais tinha ultrapassado os noventa dias. Não pretendo discutir a justiça da greve porque sobre este ponto não existe nenhuma dúvida. Professores e servidores não recebem reajuste salarial desde que o Sr. Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República. A motivação para esta reflexão está expressa no título. Tenho pensado muito na questão, em virtude, entre outras coisas, dos discursos que tive acesso, sejam eles escritos nos jornais e revistas de grande circulação, ou através das imagens e sons que entram por nossas casas adentro. Estes discursos, dependendo do lugar social que os autores ocupam e a posição político-ideológica que defendem, nos permitem fazer pelo menos duas leituras divergentes: a primeira é que o governo precisa cumprir as "ordens" de organizações como o FMI, por exemplo, e desta forma, precisa limitar os gastos públicos neste nível de ensino; a segunda leitura nos informa que é preciso manter o ensino gratuito no terceiro grau porque desta maneira se estará democratizando este grau de ensino para os segmentos mais pobres da sociedade.

Fiz a opção por tomar como horizonte para a escritura deste texto os setores dirigentes que estão envolvidos diretamente com a greve nas universidades públicas federais: o ANDES - Sindicato dos Professores por seu Comando Nacional de Greve e o MEC (Ministério da Educação, Cultura e Desporto) pelo Ministro Paulo Renato. Sobre este, o CNG (Comando Nacional de Greve) não poupa "elogios": "é tresloucado", "é mentiroso", "representa junto ao MEC os interesses do setor privado da educação", "é autoritário". Não sei se todos os adjetivos são merecidos. Tenho certeza de que as agressões não ajudam as partes a encontrar uma saída para a greve. Por outro lado, sei que os dirigentes do ANDES não são inocentes e conhecem os "donos do poder" porque eles estão há sete anos no comando deste país. Não acredito que só no momento da greve tenham descoberto as características atribuídas a Paulo Renato e FHC. Saliente-se que a política de engajamento do Estado no Brasil iniciou-se de forma sistemática e forte com o outro Fernando, o "caçador de marajás".

Não é novidade para aqueles que têm algum tipo de envolvimento com a ciência e a tecnologia que elas estão a pão e água já faz muito tempo, aliás, não sei quando é que foram bem tratadas pelos governantes brasileiros. Por outro lado, existem intelectuais-conselheiros do governo de FHC que defendem não o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nível nacional e sim a importação de produtos destas áreas, desenvolvidos nos países de primeiro mundo. O argumento central é o de que é mais barato a aquisição do

que formar quadros de pesquisadores, construir infra-estrutura e remunerar dignamente os pesquisadores. Discute-se pouco sobre isto, mas a forma como os centros de pesquisas foram tratados nos últimos anos denotam que a orientação acima tratada está sendo posta em prática.

É preciso dizer que muito dificilmente as universidades públicas ganham espaços na grande imprensa nacional, a não ser em momentos de greve como este que enfrentamos. Fala-se pouco das dificuldades cotidianas destas instituições de ensino, mesmo sendo elas as principais responsáveis pela pesquisa que se realiza no país. Mas esta distância é histórica. A sociedade que sustenta as universidades públicas sabe muito pouco a respeito delas. Acredito que se houvesse vontade política, especialmente por parte daqueles que fazem a universidade, o momento da greve poderia ser aproveitado, afinal de contas, a rotina universitária foi rompida, embora o diálogo entre sociedade e universidade devesse ser uma política desta última. Não estou defendendo que os parcos recursos que recebe fossem queimados com propaganda enganosa. Estou defendendo que as pesquisas realizadas fossem transformadas em instrumentos de melhoria das condições de vida da sociedade. Isto é feito? Então, tornem público, informem.

O distanciamento mencionado permite que integrantes do governo, no caso específico, o Sr. Paulo Renato, utilize os meios de comunicação de massa para criminalizar os professores, quando foi ele que os desrespeitou por ocasião do início das negociações. Ao autorizar a suspensão do pagamento do mês de setembro, acabou forçando o movimento grevista a solicitar a intervenção do Poder Judiciário, que concordou que um representante do MEC participasse de uma negociação que envolvia parlamentares e professores. A negociação que gerou expectativas de um acordo. Todavia no momento da assinatura o parlamentar que representava o governo rompeu de forma unilateral com as negociações. O acordo não foi assinado e o ministro assumiu uma postura de intransigência, ao negar-se, diante de uma ordem judicial, a autorizar o pagamento do mês de outubro. Também articulou-se com outros setores do governo para que tomassem atitudes conjuntas no sentido de destruir pelo alto o movimento grevista. O resultado desta postura foi o "pacote antigreve". O ministro foi desrespeitoso com a comunidade universitária ao afirmar que a universidade pública da rede federal vai desaparecer no espaço de seis anos, desqualificou os outros poderes como interlocutores com os grevistas, caso específico do Judiciário porque, na verdade, quer demonstrar que a sua autoridade precisa ser respeitada, não através da negociação e sim através da força.